

Entrevista sobre o Plano Austral

Interview on the Austral Plan

JUAN SOURROUILLE*

RESUMO: Entrevista dada pelo Ministro da Economia da Argentina sobre o Plano Austral
PALAVRAS-CHAVE: Reforma monetária; Plano Austral; inflação; estabilização.

ABSTRACT: This is an interview given by Minister of Economy Juan Sourrouille about the Austral Plan.

KEYWORDS: Monetary reform; Austral Plan; inflation; stabilization.

JEL Classification: E31.

Em 24 de dezembro o *Jornal da Tarde* (São Paulo) publicou entrevista exclusiva do jornalista Hugo Martinez, em que o ministro da Economia da Argentina, Juan Vital Sourrouille fez um balanço do Plano Austral. Publicamos na *Revista de Economia Política* esta entrevista como um documento porque, embora sumária, ela contém diversas análises importantes sobre a reforma monetária argentina, relacionada com salários, déficit público, desindexação, tabela de conversão para a nova moeda, balanços de pagamentos.

JT – Senhor ministro, depois de seis meses de vigência do Plano Austral, há certas mostras de cansaço ou descrédito, segundo alguns críticos. O senhor também pensa assim?

Sourrouille – Não, em absoluto. A esta altura entendemos que os objetivos gerais foram cumpridos. Baixamos de maneira drástica a taxa de inflação, não somente pelo congelamento dos preços e salários mas também pela melhoria básica da economia em geral. As relações econômicas externas do país estão em boa situação, fechamos o ano com praticamente todos os nossos compromissos externos ordenados, alguns refinanciados, outros pagos. Estamos em dia com o serviço da dívida, e esta situação deve ser confrontada com aquela de seis meses atrás, quando tínhamos uns US\$ 3 bilhões atrasados em compromissos correntes, e uma cifra muito superior a US\$ 10 bilhões em compromissos vencidos que, todos sabíamos, iriam ser refinanciados mas estão sem data de vencimento. O Plano Austral

* Ministro da economia da Argentina.

impôs um sacrifício que pôde ser feito graças ao apoio popular, e este continua firme, tanto que praticamente não se exerce uma fiscalização muito ativa sobre o mercado, pois é suficiente o controle popular espontâneo.

JT – O Plano Austral é a melhor solução?

Sourrouille – Admitimos ter cometido erros, mas consideramos esse e preço do aprendizado. Nesse aspecto, o Plano Austral não é a melhor solução, já que melhor quer dizer uma perfeição teórica e prática idealista. Foi uma boa solução, embora com suas falhas, e para se conduzir a economia de um país basta ter boas soluções, deixando o qualificativo de melhor para os jogos intelectuais.

JT – O senhor está satisfeito com a forma como se discute a questão da dívida externa?

Sourrouille – Não estamos. Achamos que o contexto em que se discute a dívida externa precisa mudar do ponto de vista dos países devedores. Mas, aceitando as regras de jogo atuais, conseguimos ordenar nossos compromissos, o que é importante para um país que se havia fixado como objetivo romper o isolamento econômico externo ao qual havia sido submetido. Como disse o presidente do Uruguai, nossa voz, dos países que integram o Grupo de Cartagena, ganhou esta-tura ética, como provam nossos esforços, a seriedade de nossas reivindicações, a prudência de nossas negociações.

JT – Como analisa os outros resultados do Plano Austral?

Sourrouille – Nos aspectos básicos da economia, a situação fiscal, que era motivo de preocupação para o governo, hoje está sob controle razoável. Agora, o Tesouro está arrecadando, sistematicamente, mais do que aquilo que efetivamente paga, e na primeira parte do ano estávamos arrecadando menos da metade. Também obtivemos uma redução importante do déficit público no seu conjunto. Na primeira metade do ano, o déficit era de quase 10% do produto bruto total, e agora conseguimos reduzi-lo a quase 3%. Era um objetivo e pudemos cumpri-lo através de uma transformação no sistema de pagamentos, que eliminou o imposto inflacionário como fonte de financiamento do governo. E logramos também algum avanço na redução dos gastos públicos.

JT – Que nos pode dizer sobre a política monetária?

Sourrouille – O governo recuperou o poder de condução da política monetária, um tema crítico durante o período de hiperinflação. É muito difícil fazer política monetária ativa com uma taxa de inflação muito alta. Na prática, agora pudemos recuperar essa possibilidade, embora persistam dificuldades no controle e na estrutura do sistema financeiro.

JT – E com relação aos preços e salários?

Sourrouille – Estimo que os atuais índices são bastante favoráveis. Combinamos dois tipos de ações, por um lado, a desindexação geral da economia, que consideramos bem-sucedida. A ideia básica foi interromper todos os contratos econômicos vigentes no dia da implantação da reforma e “repectá-los” automaticamente no dia seguinte, eliminando deles as expectativas inflacionárias embutidas, sobre uma hipótese inflacionária que o próprio governo tinha. Escolhemos o mecanismo mais simples: fazer uma única escala de conversão para todos os contratos. E utilizamos um instrumento novo na política econômica do país, e por certo não vejo outra experiência semelhante, a que chamamos “deságio”. Hoje, praticamente não se recorda, embora naquele momento essa política tenha sido vivida com dramaticidade, e agora restam poucas operações pendentes. O deságio, a desindexação, foi um instrumento útil, que ainda é levado em conta nos contratos de longo prazo, e restaram muito poucos casos de conflito. O deságio, foi essencial no Plano Austral e às vezes não é considerado em sua justa medida.

Uma redução instantânea da inflação quando ela está em níveis muito altos sempre provoca uma transferência massiva de capitais entre os setores, e o mecanismo da desindexação evitou esse tipo de problema.

JT – Sim, senhor ministro, mas gostaríamos de algumas explicações mais precisas sobre o tema específico de preços e salários.

Sourrouille – Sempre dissemos que para nós é uma medida colateral o congelamento de preços e salários. Foi um mecanismo transitório para quebrar expectativas de alta inflação, constituindo um sistema de resseguro. Superada a incerteza em que estávamos todos envolvidos, para passar a um clima de estabilidade surgiu de todo modo uma incerteza de outro tipo, aquela em que alguém possa mover-se e o que não se move perde. Por isso, pensamos no congelamento como um mecanismo de resseguro generalizado, que permitisse recompor a relação preços, salários e custos, e manter os preços em condições de estabilidade, recuperar a possibilidade de ver nos preços garantias efetivas de recursos. Os preços, durante os períodos de altíssima inflação, deixam de ser indicadores de atividade econômica e se transformam num símbolo da carga psicológica dos produtores. Ninguém conhece o valor real de seus próprios custos, e essa insegurança é transferida para a produção, que retroalimenta a expectativa inflacionária. Na primeira metade do ano desconhecíamos a estrutura correta dos preços, e o congelamento, como a hibernação, é um recurso lícito para deter a hiperatividade dos preços e a partir de análises dar-lhes novamente seu valor objetivo. A seis meses deste congelamento, o governo controla com comodidade a situação, apesar de existirem débeis pressões setoriais. Sem sequelas de abastecimento nem formação de mercados-negros, que apenas tentam aparecer e depois se dissolvem muitas vezes por reações populares inéditas, como as decisões dos varejistas de não pagar sobrepreços. Surgiram alguns movimentos de preços em setores que o governo considera sem sentido controlar, como alguns serviços profissionais e os preços dos produtos supérfluos. Por tudo isso,

somando o aumento dos depósitos bancários, a redução da velocidade de circulação da poupança, a monetização da economia em termos gerais, a estabilidade do câmbio e a desativação da intermediação financeira parasitária, são as expressões concretas do êxito do Plano Austral.

